

POBREZA SOB A ÓTICA DE GÊNERO NO BRASIL (2012-2019)

Ana Cristina Lima Couto¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo descrever o perfil dos chefes de família em situação de pobreza, segundo o gênero, e, na sequência, estimar um modelo *logit* para comparar a probabilidade de pobreza entre chefes homens e mulheres. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos anos de 2012 e 2019 e variáveis relativas aos atributos pessoais, de escolaridade e de participação no mercado de trabalho. As diferenças relevantes entre homens e mulheres ocorrem no âmbito da escolaridade e do mercado laboral. Apesar de possuírem escolaridade maior, as mulheres estão em situação ocupacional mais precária. Os resultados estimados do modelo *logit*, a partir de diferentes perfis, mostram que a probabilidade de pobreza das famílias chefiadas por mulheres é sempre maior do que naquelas chefiadas por homens. Políticas públicas de redução da pobreza, especialmente voltadas para as mulheres, são necessárias para minimizar as desvantagens vividas pelas mulheres.

Palavras-chaves: Chefia feminina; Escolaridade; Pobreza.

POVERTY UNDER THE PERSPECTIVE OF GENDER (BRAZIL - 2012 AND 2019)

ABSTRACT: This paper aims to describe the profile of heads of families in poverty, according to gender, and then estimate a logit model to compare the probability of poverty between male and female heads. Data from the National Continuous Household Sample Survey (PNADC) for the years 2012 and 2019 and variables related to personal attributes, schooling and participation in the labor market were used. The relevant differences between men and women occur in the context of education and the labor market. Despite having relatively higher education, women are in a more precarious occupational situation. The estimated results of the logit model, based on different profiles, show that the probability of poverty of families headed by women is always higher than in those headed by men. Public policies to reduce poverty, especially aimed at women, are necessary to minimize the disadvantages experienced by women.

Keywords: Household headed by woman; Education; Poverty.

Data da submissão: 20-11-2022

Data do aceite: 05-01-2023

INTRODUÇÃO

As pesquisas têm constatado elevação do número de pessoas de referência no domicílio² (chefes de família) do sexo feminino, o que é cada vez mais comum em todas as classes sociais. No entanto, tem aumentado, sobretudo, a participação de famílias chefiadas por mulheres em condição de pobreza. Nesse contexto, vem à tona o termo *feminização da pobreza*, que, conforme Macedo e Costa (2008), se refere ao fato de que as mulheres são mais pobres do que os homens; que as condições das mulheres são mais desfavoráveis do que a dos homens e, por isso, elas ou famílias por elas chefiadas têm mais chances de pobreza em razão das inúmeras dificuldades que enfrentam em termos de discriminação, desigualdade na inserção ocupacional e nos rendimentos.

Assim, o objetivo deste artigo é realizar um estudo descritivo do perfil dos chefes de família em situação de pobreza, sob a ótica de gênero, com destaque para a situação da mulher, e, na sequência, por meio do modelo de regressão *logit* estimar os determinantes da pobreza entre os chefes de família a fim de comparar a probabilidade de pobreza entre homens e mulheres. Os dados utilizados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos anos de 2012 e 2019. Foram utilizadas variáveis relativas aos atributos pessoais, de escolaridade e de participação no mercado de trabalho dos

¹ Professora Associada - Departamento de Economia - UEM e do (PCE/UEM). Contato: aalcouto@uem.br

² Neste artigo os termos pessoas de referência no domicílio, responsáveis pelo domicílio e chefes de família são utilizados como sinônimos.

chefes de família em situação de pobreza. A fim de classificar as pessoas como pobres, foi utilizada a abordagem monetária unidimensional, baseada na linha de pobreza de meio salário mínimo de renda domiciliar *per capita*, medida amplamente utilizada nos estudos sobre pobreza no Brasil³.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução. A segunda seção apresenta uma breve discussão sobre os determinantes socioeconômicos da pobreza. A terceira, trata da metodologia adotada. A quarta seção analisa os resultados encontrados. Por fim, na quinta seção, são feitas as considerações finais.

2. POBREZA: CONCEITOS E DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS

A pobreza é definida como a situação em que indivíduos sofrem privações de modo que não conseguem atender suas necessidades mais básicas com dignidade. Hagenaars e De Vos (1988) diferenciam a pobreza em três tipos: absoluta, relativa e subjetiva. A pobreza absoluta é a forma mais simples de identificar os pobres, tendo como referência a insuficiência de renda, com base em alguma linha de pobreza definida como um valor mínimo que, teoricamente, deveria garantir a subsistência dos indivíduos. Aqueles cuja renda se encontra abaixo dessa linha são considerados pobres.

A pobreza relativa depende do padrão de vida que vigora na sociedade. Sob esse conceito, Salama e Destremau (1999) afirmam que é comum considerar pobre as pessoas que têm nível de renda abaixo de 40% ou 60% da renda mediana, ou ainda, abaixo de 50% da renda média de um país. Salama (2010) afirma que a definição de pobreza absoluta é mais indicada para a realidade dos países em desenvolvimento, enquanto a pobreza relativa é apropriada para os países desenvolvidos. A pobreza subjetiva, por sua vez, reflete um “juízo de valor” e o sentimento de que não se tem o suficiente.

É comum analisar a pobreza sob a abordagem da renda (ou monetária)⁴, tendo como foco a noção de insuficiência de recursos, os quais não atendem as necessidades mais básicas das pessoas. A renda é, portanto, um indicador que pode ser interpretado como *proxy* para se avaliar questões sobre bem-estar e pobreza.

De acordo com Haughton e Khandker (2009) e Lima (2005), existem algumas características que podem favorecer a condição de pobreza dos indivíduos, tais como sexo, cor ou raça, idade, escolaridade, tamanho e composição da família, local em que se vive e forma de participação no mercado de trabalho.

As mulheres estão mais expostas do que os homens a situações de pobreza (AS MULHERES..., 2001; ARRIAGADA, 2005; LIMA, 2005; FREITAS; RODRIGUES, 2012; HAUGHTON; KHANDKER, 2009; MELO, 2005; SOUZA, 2012), pois elas ainda estão numa situação muito desigual em relação aos homens. Há um fenômeno chamado “feminização da pobreza”. Segundo Novellino (2004), o termo surgiu em 1978 no artigo intitulado *Urban and Social Change Review* de Diane Pearce a partir da constatação de que a pobreza era um problema vivido cada vez mais pelas mulheres, fato que estava relacionado ao aumento de famílias chefiadas por mulheres entre os pobres.

Ainda segundo Novellino (2004), o conceito de feminização da pobreza também tem relação com o reconhecimento de que grande parcela de mulheres mais pobres está ocupada em atividades marcadas pela informalidade, de baixa qualificação, em tempo parcial e com baixos rendimentos. E, conforme Sen (2010), a renda baixa reduz o potencial de capacitações das mulheres.

O aumento do número de famílias chefiadas por mulheres ocorre em todas as classes sociais. No entanto, entre os pobres, a participação da mulher é proporcionalmente mais elevada do que a dos homens. Segundo Freitas e Rodrigues (2012, p. 2), “A relação entre gênero e pobreza evidencia as desigualdades de renda que incidem com maior peso na vida das mulheres, tornando-as mais vulneráveis à pobreza”.

Sen (2001) enumera alguns exemplos de desigualdades entre homens e mulheres: desigualdades de oportunidades, desigualdades no âmbito do mercado de trabalho, desigualdades no lar, desigualdades de propriedade. Em consonância com Sen (2010), as discriminações contra as mulheres são um exemplo de privação que reduz a qualidade de vida das pessoas. Assim, as desigualdades e discriminação de gênero também são fatores que contribuem para a reprodução da pobreza.

³ Embora não se desconheça que a pobreza é um problema que vai muito além da insuficiência de renda.

⁴ Para além da renda há outros aspectos que devem ser analisados, como saúde, educação, habitação, enfim, a pobreza que possui múltiplas dimensões.

No que diz respeito à relação da pobreza com o mercado de trabalho, segundo Rocha (2006), há alta correlação entre baixa renda e pobreza. A renda, para a maioria das pessoas é obtida através de sua participação no mercado de trabalho. De acordo com Schwartzman (2007, p.40), o trabalho “[...] é a principal forma de inclusão das pessoas nas sociedades modernas”. No entanto, mercados de trabalho com altas taxas de desemprego, de informalidade, de subocupação, com predominância de baixos rendimentos podem afetar a inserção ocupacional e, conseqüentemente, reforçar a condição de pobreza dos trabalhadores.

As mulheres, como é amplamente discutido na literatura, enfrentam maiores dificuldades no mercado de trabalho. Ainda prevalece na sociedade questões históricas e culturais, no âmbito da chamada divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a responsabilidade com os cuidados com a casa, com a criação dos filhos, com os idosos e doentes. Tais tarefas reduzem o potencial da força de trabalho feminina. Além disso, no Brasil há um problema de escassez de creches para atenderem as mães que precisam trabalhar.

Apesar dos avanços que vem ocorrendo na sociedade no sentido da promoção da igualdade entre os sexos em todos os aspectos, sobretudo no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem desvantagens que limitam sua inserção ocupacional.

A idade é outro atributo que discrimina no mercado de trabalho. Em geral, os trabalhadores jovens encontram maiores dificuldades de inserção ocupacional e, em consequência, estão mais suscetíveis à pobreza. As taxas de desemprego juvenis são maiores do que a taxa de desemprego dos adultos e do que a taxa de desemprego total⁵, o que é um problema estrutural do mercado de trabalho.

A cor também é um atributo relacionado com a pobreza, de maneira que há forte relação com questões associadas às desigualdades e às discriminações existentes na sociedade de modo geral, e no mercado de trabalho, em particular. Guimarães (2003) argumenta que as desigualdades entre brancos e negros não se devem apenas ao passado escravocrata, considerado uma desvantagem inicial dos negros no Brasil. As desigualdades se devem também às discriminações que os negros sofrem no sistema educacional, na inserção ocupacional e na distribuição de rendimentos, o que explica altas taxas de pobreza na população negra.

A educação, por sua vez, favorece a inserção social e ocupacional dos indivíduos, contribuindo para que obtenham empregos e rendimentos melhores. Em consequência, existe forte associação entre educação, trabalho e pobreza. Barros, Henriques e Mendonça (2000) explicam que a relação entre educação e pobreza se dá por dois mecanismos de transmissão. Primeiro, o aumento da escolaridade, ao elevar a produtividade do trabalho, ajuda na promoção do crescimento econômico, o que pode aumentar os salários e reduzir a pobreza. Segundo, um maior nível educacional contribui para a redução da desigualdade e para a mobilidade social.

As características da família também são importantes na determinação da pobreza (HAUGHTON; KHANDKER, 2009) como o número de membros, idade, posição que ocupam (se chefe, cônjuge, filho *etc.*) e a capacidade de cada um de gerar renda ou não. Conforme Rocha (2006), as famílias pobres costumam ter muitas crianças, agravando a situação de pobreza visto que elas não geram renda e aumentam as despesas.

Em termos espaciais, em um mesmo país pode haver grandes disparidades em razão do padrão de desenvolvimento social e econômico alcançado por cada região, estado ou até mesmo município. No Brasil, historicamente, o problema da pobreza está mais concentrado na região Nordeste. A pobreza também difere em termos de área rural ou urbana, segundo constatado por Garrucho, Cabrera e Caldarelli (2021). No meio rural a proporção de pobres é relativamente maior.

3. METODOLOGIA

A parte empírica deste trabalho está dividida em duas partes. Na primeira, foi feita uma análise descritiva do perfil dos homens e mulheres em condição de pobreza e que são responsáveis pelo domicílio a fim de mostrar as diferenças entre os sexos. Em seguida, estimou-se o modelo *logit* para quantificar as chances de pobreza dessas pessoas, a partir de variáveis relevantes, conforme análise da literatura. Com base nas equações estimadas, foram feitas algumas simulações com diferentes perfis de chefes de família a fim de quantificar as diferenças em termos de probabilidade de pobreza entre homens e mulheres.

⁵ Em 2019, a taxa de desemprego total era 11,8%; para os jovens com idade de 14 a 29 anos era 21,8%; para os adultos de 30 a 49 anos, de 50 a 59 anos e 60 anos ou mais, era 8,5%, 6,4% e 4,2%, respectivamente (IBGE, 2020).

O modelo de regressão *logit* é utilizado para analisar a associação entre uma variável dependente binária e um conjunto de variáveis explicativas, as quais podem ser binárias ou contínuas. Esse modelo é empregado nos casos em que se pode observar a ocorrência ou não de um determinado evento, a fim de estimar sua probabilidade. No caso deste trabalho, a variável dependente binária assume valor igual a 1 caso a pessoa de referência no domicílio seja classificada como pobre e zero, caso contrário.

Os dados foram obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos anos de 2012 e 2019. A unidade de análise foi a pessoa responsável pelo domicílio (pessoa de referência ou chefe na família), com ou sem cônjuge. Em geral, essa pessoa tem um papel muito importante na geração da renda domiciliar bem como no bem-estar de todos os membros da família, conforme mencionado por Rocha (2006). A escolha desse período se deve ao fato de que em 2012 teve início a atual série histórica da pesquisa com nova metodologia e o ano de 2019 foi uma opção porque o ano de 2020⁶ foi um atípico em razão da crise sanitária sem precedentes provocada pela pandemia de Covid-19. E, nesse ano, graças às transferências de recursos do governo federal, como o Auxílio Emergencial, por exemplo, o Brasil teve uma redução importante na taxa de pobreza extrema pobreza, que caiu de 10,5% para 5,4% entre 2019 e 2020, enquanto a taxa de pobreza caiu de 25,9% para 24,1% no mesmo período (IBGE, 2021)⁷. Portanto, para que os dados não captassem a conjuntura atípica de 2020, optou-se por fazer a análise comparativa entre 2012 e 2019.

A amostra é composta pelas pessoas que estão em idade de trabalhar com 14 anos ou mais⁸ as quais foram classificadas como pobres e não pobres. A linha de pobreza é meio salário mínimo de renda domiciliar *per capita*. Neste trabalho, utilizou-se a abordagem monetária unidimensional para o estabelecimento da linha de pobreza⁹. Foram definidos como pobres os indivíduos cuja renda domiciliar *per capita* é menor ou igual à linha de pobreza de meio salário mínimo de 2019 (R\$ 499,00). Esta linha de pobreza foi calculada considerando os valores do rendimento domiciliar *per capita* habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)¹⁰ acumulado de 2012 a 2019. Ressalta-se que a linha de pobreza adotada tem um valor um pouco acima daquele definido pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 PPC (paridade do poder de compra)¹¹, que correspondia a cerca de R\$ 436,00 em 2019, conforme IBGE (2020).

No Quadro 1 apresenta-se a descrição das variáveis incluídas no modelo *logit*, as quais são relevantes conforme a literatura analisada.

Variáveis	Descrição
Pobre	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa for pobre
Sexo	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa é do sexo feminino
Negro	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa se autodeclara preta ou parda
Idade1	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa tem até 29 anos de idade (<i>baseline</i>)
Idade2	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa tem entre 30 e 49 anos de idade
Idade3	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa tem entre 50 e 64 anos de idade
Idade4	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa tem 65 anos ou mais de idade
Escolaridade1	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa tem até o ensino fundamental completo (<i>baseline</i>)
Escolaridade2	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa tem ensino médio incompleto ou completo
Escolaridade3	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa tem ensino superior inc. ou completo
Criança	<i>Dummy</i> igual a 1 se há crianças no domicílio menores de 14 anos
Urbano	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa vive na zona urbana
Norte/Nordeste	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa vive na região Norte ou Nordeste (<i>baseline</i>)
Sul	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa vive na região Sul

⁶ Último ano para o qual a PNADC está disponível.

⁷ Considerando as linhas de extrema pobreza e pobreza do Banco Mundial de US\$ 2,15 e 5,50, respectivamente.

⁸ Como é de praxe, foram excluídos do banco de dados pensionistas, empregados domésticos e seus parentes, a fim de evitar a dupla contagem.

⁹ Não se desconhece que a pobreza vai muito além da questão monetária e que outras abordagens além da renda baixa são importantes como a das necessidades básica e das capacitações. A pobreza refere-se à privação não só de renda, mas do acesso à educação, saúde, vestuário, energia elétrica, água potável, liberdade, justiça, entre outros elementos que fogem do escopo deste estudo.

¹⁰ Índice muito utilizado para deflacionar valores monetários em trabalhos sobre pobreza porque calcula a inflação para as famílias de rendas mais baixas (até sete salários mínimos).

¹¹ A linha de pobreza de US\$ 5,50 PPC definida pelo Banco Mundial é utilizada para países de renda média alta, como é o caso do Brasil.

Sudeste	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa vive na região Sudeste
Centro Oeste	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa vive na região Centro-Oeste
Ocupado	<i>Dummy</i> igual a 1 se a pessoa está ocupada

Quadro 1. Descrição das variáveis.

Fonte: Elaboração própria.

É importante chamar atenção para o fato de que tais variáveis não podem ser entendidas como causas da pobreza, conforme ressaltado por Haughton e Khander (2009) e Lima (2005). No entanto, elas podem estar associadas com a condição de pobreza das pessoas, conforme tratado na seção 2.

As variáveis utilizadas para elaboração do perfil dos homens e mulheres chefes de família pobres foram local em que vive em termos de região e área censitária (rural ou urbana), cor, idade média, faixa etária, taxa de alfabetização, escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais de idade (*proxy* para o capital humano), faixas de escolaridade, indicadores do mercado de trabalho (taxa de participação, taxa de inatividade, nível de ocupação, taxa de desemprego e taxa de ocupação por insuficiência de horas trabalhadas), posição na ocupação, categoria de emprego, contribuição à previdência, renda média e índice de Gini.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PERFIL DOS CHEFES DE FAMÍLIAS POBRES – BRASIL (2012 E 2019)

Conforme dados da Tabela 1, em 2012, assim como em 2019, cerca de 51% da população brasileira era formada por pessoas do sexo feminino. Quanto à condição no domicílio, a participação dos chefes de família aumentou 2,61 pontos percentuais (p.p.) (de 31,12% para 33,73%) e a de filhos caiu 3,24 p.p. (de 36,39% para 33,15%) no mesmo período. Dentre os responsáveis pelo domicílio, a participação de homens caiu de 64,28% para 52,75% ao passo que a de mulher aumentou de 35,72% para 47,25%. Esse mesmo movimento é observado em relação aos chefes pobres. Em 2019, 53,18% eram mulheres e 46,82% eram homens.

Já a proporção de chefes pobres entre 2012 e 2019 caiu de 24,07% para 21,73% para os homens e aumentou de 25,51% para 27,55% para as mulheres¹². Aumentou, portanto, a presença das mulheres como chefes de famílias tanto na população total como entre os pobres. Essa mudança de perfil é uma tendência histórica, visto que as mulheres estão cada vez mais assumindo essa posição, independentemente da classe social, sejam elas solteiras, viúvas, com filhos, com ou sem cônjuge. De acordo com Maia *et al.* (2015), cerca de metade das mulheres que são chefes de famílias no Brasil dependem de transferências de renda do Programa Bolsa Família, importante fonte de renda e/ou complementação de renda para essas famílias.

Tabela 1. Distribuição da população por sexo e composição no domicílio – Brasil – 2012 e 2019 (%).

Variável	2012	2019
Sexo		
Homem	49,01	48,91
Mulher	50,99	51,09
Composição do domicílio		
Pessoa de referência	31,12	33,73
Cônjuge	20,37	20,99
Filho	36,39	33,15
Outros	12,12	12,13
Responsáveis pelo domicílio		
Homem	64,28	52,75
Mulher	35,72	47,25
Responsáveis pelo domicílio – Pobres		
Homem	62,94	46,82
Mulher	37,06	53,18

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

¹² Conforme dados da pesquisa.

Entre os chefes pobres, sejam homens ou mulheres, há maior participação de pretos e pardos, tendo aumentado entre 2012 e 2019, enquanto a dos brancos diminuiu (Tabela 2). Esse padrão também é verificado para a população como um todo, independentemente da renda, o que é uma questão estrutural. Conforme Couto (2014), a partir dos anos 2000 observou-se no Brasil elevação do percentual de pessoas que se autodeclararam negros, devido as ações que promoveram maior identificação étnica e que cada vez mais promovem a valorização da população negra.

Tabela 2. Distribuição das pessoas de referência pobres por sexo e cor – Brasil – 2012 e 2019 (%).

Cor ou raça	2012		2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Branca	29,92	28,92	25,17	24,24
Preta	9,75	12,05	12,47	14,76
Amarela	0,28	0,38	0,46	0,56
Parda	59,71	58,13	61,3	59,80
Indígena	0,34	0,52	0,60	0,64

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

Em relação à idade média das pessoas de referência pobres (Tabela 3), tanto os homens como as mulheres têm cerca de 43 anos, em média, não tendo havido alteração no período. A mais alta participação de homens e mulheres, em condição de pobreza, está na faixa etária de 30 a 49 anos e de 50 a 64 anos, faixas que correspondem àquelas em que os indivíduos estão na sua fase ativa. A proporção de chefes com 65 anos ou mais de idade é menor, pois nessa faixa algumas pessoas têm acesso às transferências de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como aposentadorias e pensões, que contribuem para a redução da pobreza entre os idosos, garantindo-lhes um salário mínimo.

Tabela 3. Distribuição das pessoas de referência pobres por faixa etária – Brasil – 2012 e 2019 (%).

Variável	2012		2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Idade média	42,00	43,50	43,00	42,50
Até 29 anos	18,57	17,4	17,19	19,32
Entre 30 e 49	55,19	60,60	50,88	51,34
Entre 50 e 64 anos	19,87	22,44	24,63	21,27
Acima de 65 anos	6,37	9,56	7,31	8,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

Conforme Tabela 4, aumentou a proporção de chefes pobres alfabetizados (que sabem ler e escrever) bem como a houve elevação escolaridade média das pessoas com 25 anos e mais de idade em cerca de 1 ano, para ambos os sexos. Quanto às faixas de escolaridade, são maiores as proporções daqueles que possuem entre 1 ano de estudo até o nível fundamental incompleto, entretanto caiu a participação nesse grupo entre 2012 e 2019. Destaca-se diminuição no percentual de pessoas nas faixas de escolaridade mais baixas e aumento na participação daqueles com ensino médio completo, 5,81 p.p. para os chefes do sexo masculino e 9,13 p.p. para as mulheres. Constatou-se ainda que a presença das mulheres a partir do ensino médio incompleto supera a dos homens. Esse fato também é observado para a população como um todo, visto que no Brasil as mulheres possuem mais anos de estudo do que os homens (IBGE, 2020).

Tabela 4. Distribuição das pessoas de referência pobres por escolaridade. Brasil – 2012 e 2019 (%).

Variável	2012		2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Alfabetizado	80,10	82,33	84,19	88,89
Escolaridade média 25 anos e mais	5,70	6,18	6,67	7,62
Faixas de escolaridade				
Sem instr. e menos de 1 ano estudo	13,52	13,88	10,16	7,94
Fundamental incompleto	55,34	49,45	50,43	42,81
Fundamental completo	10,31	11,3	9,17	10,01
Médio incompleto	4,71	5,91	6,96	8,46

Médio completo	14,52	17,11	20,33	26,24
Superior incompleto	0,63	0,81	1,26	1,94
Superior completo	0,97	1,55	1,69	2,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

Na Tabela 5 constam informações sobre as taxas de participação na força de trabalho, de inatividade, nível de ocupação¹³, taxas de desemprego e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. A taxa de participação da população economicamente ativa, que é um indicador que reflete a pressão da mão de obra sobre o mercado de trabalho, reduziu-se no período estudado em cerca de 5 p.p. para os chefes homens enquanto para a mulher a taxa ficou estável no período (em torno de 48%). Esse indicador é mais alto para os homens do que para as mulheres, mostrando que eles estão mais presentes no mercado de trabalho. Este dado reforça o problema da desigualdade histórica, caracterizada pela maior participação econômica dos homens do que das mulheres. De acordo com dados do IBGE (2020), a menor participação das mulheres na força de trabalho se deve à divisão por gênero nas atividades domésticas, em que a taxa de realização destas tarefas era de 92,1% para as mulheres e de 78,6% para os homens em 2019.

Cabe destacar que com a queda da taxa de participação dos homens, conseqüentemente, sua taxa de inatividade aumenta. Esse movimento pode estar relacionado ao desalento devido às maiores dificuldades para encontrar emprego num período em que a economia brasileira tem crescido em torno de 1% ao ano desde 2017 e com taxas de desemprego muito altas. Assim, algumas pessoas preferem se retirar do mercado de trabalho em razão do desalento.

O nível de ocupação, entre 2012 e 2019, recuou, porém os chefes homens estão em melhor situação do que as mulheres. Para fins de comparação, em 2019 o nível de ocupação para chefes homens e mulheres pobres era de 61,18% e 33,11%, respectivamente (Tabela 5). Entre os não pobres era de 72,4% e 50,39% nesse mesmo período (PNADC, 2022). Ainda conforme a Tabela 5, a taxa de desemprego praticamente dobrou no período para as pessoas de referência pobres de ambos os sexos (de 8,34% para 17,72% para homens e de 15,76% para 29,09% para as mulheres). Ademais, a taxa de desemprego das mulheres é praticamente o dobro da dos homens.

É importante mencionar que a taxa de desemprego das pessoas de referência pobres é mais elevada do que a média encontrada para o total da população que foi de 7,3% em 2012 e 11,9% em 2019 (IBGE, 2020). Tais fatos tornam a situação dos pobres, particularmente das mulheres, mais preocupante, visto que o trabalho é a principal fonte de renda da maioria das pessoas e o principal mecanismo de redução da pobreza. Além disso, sendo a principal provedora da família, a mulher, que de modo geral é mais escolarizada do que os homens, sofre ainda mais com altas taxas de desemprego.

Outro indicador importante que mostra a maior vulnerabilidade dos chefes de famílias pobres, diz respeito à subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Nesta categoria, estão as pessoas que têm jornada semanal de trabalho inferior a 40 horas, mas que gostariam de trabalhar mais horas. De acordo com os dados da Tabela 5, entre 2012 e 2019 essa taxa elevou-se de 11,66% para 15,47% para os homens, um aumento de 3,81 p.p. enquanto para as mulheres, passou de 19,39% para 25,60%, uma elevação de 6,21 p.p. Para fins de comparação, em 2019, para o total da população ocupada, a taxa de subocupação era de 7,6% (IBGE, 2020). Já para os responsáveis pelo domicílio do sexo masculino e feminino não pobres, as taxas foram de 3,63% e 7,55%, respectivamente (PNADC, 2022).

Essas informações corroboram a precariedade que vigora no mercado de trabalho brasileiro e que recai sobre os mais pobres. Conforme IBGE (2020, p. 40) em relação ao ano de 2019, “A trajetória desde o ano de 2016 aponta, inclusive, que mais da metade do aumento da população ocupada no período (3,9 milhões de pessoas) foi composto justamente por trabalhadores subocupados (2,2 milhões)”. Conforme destacado, as maiores taxas de subocupação afetam mais fortemente as mulheres, sobretudo, entre as pobres. As atividades caracterizadas pela subocupação estão associadas a rendimentos baixos, instáveis e contribuem para perpetuar a pobreza.

Os dados apresentados na Tabela 5 ilustram como os pobres, especialmente as mulheres, estão numa situação mais precária, o que pode reforçar sua condição de pobreza à medida que sofrem com o desemprego, subutilização de sua força de trabalho e baixos.

¹³ Participação dos ocupados pobres em relação à população em idade ativa considerada pobre.

Ao analisar a posição na ocupação por categoria de emprego, embora os chefes homens estejam mais bem representados do que as mulheres nas posições com carteira de trabalho, entre 2012 e 2019 houve redução de 6,59 p.p. para os homens pobres e de 3,65 p.p. para as mulheres (Tabela 6). Nesse indicador também há diferenças acentuadas entre homens e mulheres. Em 2012, 30,58% dos chefes do sexo masculino pobres trabalhavam com carteira, enquanto o percentual de mulheres era de 16,64%. Em 2019, a proporção de homens nesta posição era de 23,99% ao passo que a de mulheres era 12,99%.

Tabela 5. Alguns indicadores do mercado de trabalho para as pessoas de referência. Brasil - 2012 e 2019 (%).

Variável	2012		2019	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Taxa de participação na força de trabalho	79,29	48,27	74,57	48,4
Taxa de inatividade	20,71	51,73	25,43	51,60
Nível de ocupação	73,81	40,73	61,18	33,11
Taxa de desemprego	8,34	15,76	17,72	29,09
Taxa de subocupação por insuficic. horas trabalhadas	11,66	19,39	15,47	25,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

Destaca-se a alta proporção de chefes de família pobres do sexo feminino ocupadas como trabalhadores domésticos (27,31% em 2012 e 29,96% em 2019). De acordo com IBGE (2020), ainda há no Brasil predominância de relações de trabalho comum às economias subdesenvolvidas, como por exemplo, nos serviços domésticos, majoritariamente absorvidos pelas mulheres.

Os dados sobre posição na ocupação mostram deterioração nas formas de inserção, movimento esse que não difere daquele observado para o mercado de trabalho geral, mas que certamente afetou os pobres mais severamente. A Tabela 6 mostra também a proporção de chefes pobres que contribuem com a Previdência. Enquanto em 2012, 41,53% dos homens pobres eram contribuintes, entre as mulheres esse percentual era de 35,53%; em 2019, era de 36,04% para homens e 28,50% para as mulheres. Essa redução é preocupante porque a contribuição à Previdência garante direitos sociais como auxílio doença, aposentadoria e pensão por morte aos dependentes, e, especialmente para as mulheres, salário maternidade. Esses dados fragilizam ainda mais a situação dos mais pobres, que ficam excluídos de alguns direitos importantes.

Tabela 6. Distribuição das pessoas de referência pobres por posição na ocupação e contribuição à Previdência – Brasil – 2012 e 2019 (%).

Posição na ocupação	2012		2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Empregado setor priv. c/carteira	30,58	16,64	23,99	12,99
Empregado setor priv. s/carteira	20,43	10,79	23,71	11,2
Trabalhador doméstico c/carteira	0,60	5,95	0,05	3,72
Trabalhador doméstico s/carteira	0,88	27,31	1,25	29,96
Setor público	2,44	4,27	2,20	3,81
Militares e estatutários	2,16	4,81	2,66	3,07
Empregador	1,30	0,28	1,41	0,44
Conta própria	41,28	28,62	44,3	31,96
Trabalhador familiar auxiliar	0,27	1,34	0,43	2,83
Contribuição à Previdência	41,53	35,53	36,04	28,50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

Em relação aos grupos de atividade em que as pessoas de referência pobres estão ocupadas (Tabela 7), entre os homens 36,86% (2012) e 33,36% (2019) estavam ocupados no setor agropecuário. A construção civil ocupava o segundo lugar, 16,96% (2012) e 15,95% (2019). Ambos os setores são tipicamente masculinos. No caso das mulheres, elas se concentram nos serviços domésticos, uma ocupação tipicamente feminina, cerca de 33% tanto em 2012 como em 2019. Em consonância com IBGE (2020), as atividades nos setores da agropecuária, construção civil e serviços domésticos, caracterizam-se por alta informalidade e baixos rendimentos, o que pode contribuir para a pobreza.

Em relação ao número de horas trabalhadas, conforme as informações da Tabela 8, a proporção de ocupados que tem jornada normal (40 a 44 horas semanais) bem como de jornadas maiores do que 45 horas semanais é proporcionalmente maior entre os chefes homens. Já as mulheres estão mais presentes nas jornadas de até 14 horas e de 15 a 39 horas semanais. Conforme argumentado por Rocha (2006), este fato pode estar relacionado, de um lado, com questões pessoais e/ou familiares sobre o uso do tempo. De outro lado, pode significar que estas pessoas estão subocupadas em atividades que subutilizam a mão de obra (subemprego) o que está correlacionado com a pobreza.

Tabela 7. Distribuição das pessoas de referência no domicílio pobres por grupamento de atividade – Brasil – 2012 e 2019 (%).

Atividade principal	2012		2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Agric., pecuária, produção florestal, pesca e aquic.	36,86	9,59	33,36	7,03
Indústria geral	11,42	9,13	11,37	8,87
Construção	16,96	0,66	15,95	0,18
Comércio, reparação de veículos automotores e motos	13,77	15,57	14,67	17,34
Alojamento e alimentação	5,17	0,69	5,33	0,53
Transporte, armazenagem e correio	2,35	7,49	3,96	11,15
Informação, comunic., atividade financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	5,07	5,42	5,78	3,68
Administração pública, defesa e seguridade social	3,32	4,45	2,8	1,72
Educação, saúde humana e serviços sociais	1,50	7,26	1,99	7,92
Outros Serviços	1,97	6,44	2,90	7,64
Serviços domésticos	1,54	33,25	1,76	33,92
Atividades mal definidas	0,07	0,05	0,13	0,02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

Tabela 8. Distribuição das pessoas de referência no domicílio pobres por faixas de horas trabalhadas – Brasil – 2012 e 2019 (%).

Faixa de horas	2012		2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 14 horas	2,55	13,47	5,02	17,10
15 a 39 horas	19,57	37,44	25,61	38,09
40 a 44 horas	37,76	23,52	44,80	28,72
45 a 49 horas	21,33	13,06	12,26	7,82
49 horas ou mais	18,79	11,50	12,31	8,27

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

A Tabela 9 apresenta as diferenças entre a renda média dos chefes pobres, não pobres e total da população brasileira. Entre homens e mulheres, é irrelevante a diferença no rendimento médio; entre os não pobres, os homens ganham relativamente mais que as mulheres. Considerando a linha de pobreza de R\$ 499,00, adotada neste trabalho, verifica-se diferença significativa entre a renda média dos pobres e a linha de pobreza. Em 2019, por exemplo, a renda média dos chefes homens e mulheres era equivalente a cerca de 54,87% e 56,5% da linha de pobreza, respectivamente. A renda média dos chefes pobres, sejam homens ou mulheres, representa pouco mais de 10% da renda média dos não pobres, fato que mostra a grande desigualdade na distribuição de renda no país.

Tabela 9. Renda média domiciliar per capita (R\$) e índice de Gini das pessoas de referência - Brasil - 2012 e 2019.

Indicadores	2012		2019	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Renda média do pobre (A)	288,54	290,17	273,80	282,10
Renda média do não pobre (B)	2086,00	1935,42	2293,40	1997,22
Renda média população total	1653,00	1516,00	1854,50	1524,76
A/B (%)	13,83	14,99	11,94	14,12
Índice de Gini pobres	0,285	0,287	0,376	0,356

Índice de Gini de não pobres	0,460	0,450	0,471	0,449
------------------------------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

Quanto ao índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, nota-se que o grau de desigualdade aumentou para as pessoas de referência pobres, no entanto é menor do que aquele registrado para os não pobres. Cabe chamar atenção que o baixo índice de Gini para os pobres não significa que eles estão em condições melhores do que os não pobres e que usufruem de maior bem-estar; ao contrário, significa que a pobreza entre os pobres é mais igualitária, visto que possuem rendimentos muito baixos, os quais estão limitados, conforme a linha de pobreza estabelecida. Para fins de comparação, o índice de Gini da renda domiciliar *per capita* para o total da população brasileira era de 0,540 em 2012 e 0,539 em 2019 e o rendimento médio total era de R\$ 1.404,00. (IBGE, 2020).

Feita essa caracterização do perfil das pessoas de referência no domicílio em condição de pobreza, por sexo, na subseção 4.2, são apresentados os resultados do modelo *logit*, que estimou as chances de pobreza segundo algumas variáveis selecionadas. Em seguida, foram feitas algumas simulações da probabilidade de pobreza por meio da combinação de diferentes atributos para comparação entre os chefes homens e mulheres.

4.2 RESULTADOS DO MODELO LOGIT

A Tabela 10 mostra os resultados estimados do modelo *logit* em razões de chances¹⁴ (*odds ratio*) para as pessoas de referência no domicílio nos anos de 2012 e 2019. Todos os coeficientes estimados foram significativos a 1%, exceto a constante do modelo para o ano de 2019. O percentual de predições corretas em ambos os anos foi de aproximadamente 81%.

As chances de pobreza dos chefes do sexo feminino são 27% maiores do que para as do sexo masculino e essa chance aumentou para 41% em 2019. O número de domicílios chefiados por mulheres vem aumentando ao longo dos anos, o que as tornam mais vulneráveis uma vez que elas sofrem mais com a precariedade do mercado de trabalho. Segundo Freitas e Rodrigues (2012, p. 2), “A relação entre gênero e pobreza evidencia as desigualdades de renda que incidem com maior peso sobre as mulheres”. A maior chance de pobreza das mulheres é ampliada, conforme tais autoras, quando elas são a única responsável pela manutenção do domicílio.

As chances de os chefes negros serem pobres foram cerca de 45% (2012) e 37% (2019) maiores relativamente a dos brancos. Um fato positivo foi a redução dessa chance no período. Guimarães (2003) argumenta, conforme já mencionado, que as discriminações que os negros sofrem no sistema educacional, no mercado de trabalho e na distribuição de rendimentos explica a maior taxa de pobreza desse grupo.

Em relação à idade, considerada *proxy* para a experiência, quanto mais se avança nas faixas etárias, as chances de pobreza se reduzem. Em relação à categoria de referência, até 29 anos de idade, para os chefes que têm entre 30 e 49 anos as chances de pobreza são 40% menores em 2012 e 32% menores em 2019; para quem tem entre 50 e 64 anos, as chances são 72% (2012) e 61% (2019) menores e são 92% (2012) e 87% (2019) menores para aqueles com 65 anos e mais de idade. Neste caso, é provável que essas pessoas recebam aposentadorias, pensões e BPC, o que contribui para diminuir significativamente as chances de pobreza.

No que diz respeito à escolaridade, em relação à categoria base, ter até o ensino fundamental completo, as chances de pobreza são cerca de 61% e 93% menores tanto em 2012 como em 2019 para os que possuem ensino médio incompleto ou completo e 94% e 92% menores para os que possuem nível superior incompleto ou completo, respectivamente.

Os chefes que estão ocupados têm menores chances de pobreza relativamente àqueles que estão desocupados: cerca de 89% menos chances tanto em 2012 como em 2019. Para as famílias com crianças, as chances de pobreza são 59% (2012) e 48% (2019) maiores. Souza *et al.* (2020) encontraram razão de chances de 47% para o ano de 2015 para famílias com crianças. Em geral, as crianças são dependentes e como famílias mais pobres costumam ter mais filhos (ROCHA, 2006; UNFPA, 2018), a probabilidade de pobreza aumenta. Segundo UNFPA (2018), a taxa de fecundidade no Brasil entre as mulheres 20% mais ricas é de 0,77 filhos por mulher enquanto para as mulheres 20% mais pobres é de 2,9 filhos por mulher.

¹⁴ Para interpretar a razão de chance: $(\beta - 1) \times 100$.

Viver na área urbana também é um fator que contribui para reduzir a chance de pobreza em 65% em ambos os anos, certamente porque nessas áreas há mais dinamismo, estão concentradas uma variedade de atividades econômicas e as oportunidades de emprego são maiores do que na zona rural.

Quanto ao impacto da região em que se vive, em relação à categoria base (Norte/Nordeste), as chances de pobreza são menores 67% (2012) e 81% (2019) para quem vive no Sul; são cerca de 69% menores para quem vive no Sudeste e cerca de 71% menores para os que vivem no Centro-Oeste, em ambos os anos. Conforme citado anteriormente, é no Nordeste onde se concentra a maior proporção de pobres do país¹⁵.

Tabela 10. Resultados das estimações do modelo *logit* em *odds ratio* (OR) para condição de pobreza – Pessoas de referência – Brasil – 2012 e 2019.

Variáveis	2012		2019	
	OR	SE	OR	SE
Constante	6,10	0,507	6,51	0,45
Mulher	1,27	0,361	1,41	0,042
Negro	1,45	0,039	1,37	0,044
Idade2	0,60	0,020	0,68	0,025
Idade3	0,28	0,107	0,39	0,016
Idade4	0,08	0,006	0,13	0,111
Educ2	0,38	0,011	0,39	0,011
Educ3	0,06	0,004	0,08	0,005
Ocupado	0,11	0,007	0,12	0,006
Criança	1,59	0,014	1,48	0,015
Urbano	0,35	0,010	0,35	0,011
Sul	0,23	0,009	0,19	0,009
Sudeste	0,32	0,010	0,31	0,010
Centro Oeste	0,30	0,012	0,28	0,013
Observações	61.467.770		70.645.769	
McFaddens' s R ²	30,70%		30,10%	
Proporção de predições corretas	80,66		81,52%	

Nota¹: Todos os coeficientes estimados foram significativos a 1%, exceto a constante para o ano de 2019. Nota2: SE = desvio padrão.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC *2012 e 2019).

Com base nos resultados do modelo *logit* foram feitas simulações para estimar a probabilidade de pobreza de pessoas de referência no domicílio por sexo em função da presença simultânea de um conjunto de atributos (Tabela 11). Em todos os cenários construídos, as probabilidades de pobreza das mulheres são sempre superiores às das do sexo masculino.

Destaca-se ainda que características associadas ao sexo e cor se acumulam e penalizam ainda mais, especialmente as mulheres. Por exemplo, mantendo fixas as variáveis escolaridade (até o ensino médio incompleto ou completo), o número de filhos igual a três, 30 anos de idade, viver no Norte/Nordeste, na zona urbana, estar ocupado e ser negro, a probabilidade de pobreza da mulher é de cerca de 25% tanto em 2012 como em 2019 enquanto a do homem é de 21,12% (2012) e 19,25% (2019). Com essas mesmas características, alterando apenas a cor para branca, a probabilidade de pobreza para ambos os sexos se reduz, sendo de 20% para a mulher e 15,5% para o homem no mesmo período, porém a mulher continua em desvantagem. Se a localização no domicílio for na zona rural, a probabilidade de pobreza praticamente dobra e a mulher continua em desvantagem relativamente ao homem.

Ainda conforme Tabela 11, ao mudar de região, passando para o Sul, mantendo as características acima, a probabilidade de pobreza cai bruscamente, no entanto, as mulheres continuam mais vulneráveis à pobreza. Outro cenário foi o de considerar pessoas com nível superior, brancas e vivendo no Sul. Neste caso, a probabilidade de pobreza é muito baixa 1,08% e 1,33% para as mulheres e 0,84% e 0,93% para os homens, respectivamente para os anos de 2012 e 2019. Mas se esse indivíduo vive no Norte ou Nordeste, a probabilidade de pobreza é de 4,62% e 4,28% para as mulheres contra 3,65% e 3,07% para os homens neste mesmo período.

¹⁵ Idem para o total da população.

Diminuindo-se o número de filhos para dois, a probabilidade de pobreza se reduz, mais para brancos do que para os negros, porém para a mulher, tal probabilidade se mantém acima da encontrada para o homem. Por fim, em caso de o chefe estar desempregado, a probabilidade de pobreza aumenta consideravelmente em relação aos ocupados.

Tabela 11. Probabilidades de pobreza – Simulações para as pessoas de referência no domicílio do sexo masculino e feminino conforme alguns atributos definidos - Brasil 2012 – 2019 (%).

Sexo	Cor	Idade	Escolaridade	Ocupado	Nº de cri.	Zona	Região	Prob.pobreza 2012	Prob.pobreza 2019
Mulher	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Urbana	No/NE	25,50	25,32
Homem	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Urbana	No/NE	21,12	19,25
Mulher	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Rural	No/NE	49,26	48,58
Homem	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Rural	No/NE	43,16	39,99
Mulher	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	2	Urbana	No/NE	17,50	12,92
Homem	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	2	Urbana	No/NE	14,23	9,50
Mulher	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	2	Urbana	No/NE	12,94	9,77
Homem	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	2	Urbana	No/NE	10,41	7,11
Mulher	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Urbana	No/NE	19,33	20,00
Homem	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Urbana	No/NE	15,80	15,00
Mulher	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Rural	No/NE	40,47	41,13
Homem	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Rural	No/NE	34,71	32,96
Mulher	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Urbana	Sul	7,18	6,11
Homem	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Urbana	Sul	5,70	4,38
Mulher	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Rural	Sul	17,98	15,36
Homem	Negra	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Rural	Sul	14,64	11,31
Mulher	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Urbana	Sul	5,14	4,59
Homem	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Urbana	Sul	4,10	3,27
Mulher	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Rural	Sul	13,31	11,83
Homem	Branca	30	Médio inc/compl.	Sim	3	Rural	Sul	10,72	8,62
Mulher	Branca	30	Superior	Sim	3	Urbano	Sul	1,08	1,33
Homem	Branca	30	Superior	Sim	3	Urbano	Sul	0,84	0,93
Mulher	Branca	30	Superior	Sim	3	Urbano	No/NE	4,62	4,28
Homem	Branca	30	Superior	Sim	3	Urbano	No/NE	3,65	3,07
Mulher	Negra	30	Médio inc/compl.	Não	3	Urbana	No/NE	75,86	73,23
Homem	Negra	30	Médio inc/compl.	Não	3	Urbana	No/NE	71,10	65,80

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC (2012 e 2019).

De modo geral, em todos os cenários a condição da mulher é pior relativamente a dos homens. No entanto, para ambos os sexos, as probabilidades de pobreza aumentam ainda mais para os que vivem nas regiões Norte/Nordeste, na zona rural, são negros, possuem baixo nível de escolaridade e estão desocupados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar o perfil dos chefes de família em condição de pobreza, sob a ótica de gênero, para os anos de 2012 e 2019, a partir de variáveis relativas às características pessoais e de participação no mercado de trabalho. Em seguida, estimou-se um modelo *logit* para analisar as chances de pobreza desses chefes. Além disso, foram feitas combinações de algumas características a fim de analisar as diferenças na probabilidade de pobreza entre homens e mulheres.

Os resultados mostraram que há características comuns no perfil dos chefes de famílias pobres, sejam do sexo feminino ou masculino e que pouco se alteraram no período: concentração no Nordeste e na zona urbana; maior proporção de não brancos; perfil etário mais jovem (mais de 60% com até 49 anos de idade); baixa escolaridade (mais de 60% possuem até o ensino fundamental completo). Em termos de escolarização, entre 2012 e 2019 houve avanços, com redução da participação dos que possuem níveis mais baixos de escolaridade e aumento de participação nas faixas mais elevadas, destacando-se o maior nível educacional das mulheres.

No que se refere ao mercado de trabalho, as diferenças entre homens e mulheres são mais acentuadas, além de que há situações que afetam mais os chefes do sexo feminino, as quais estão em situação mais desigual. Entre 2012 e 2019 houve deterioração da situação ocupacional para ambos os sexos, em razão da queda do emprego formal e aumento da informalidade e diminuição do percentual de ocupados que

contribuem com a Previdência. Porém, as mulheres pobres estão mais expostas ao desemprego, à maior inatividade, têm maior participação na subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, estão mais presentes nas ocupações informais, sobretudo no trabalho doméstico sem carteira de trabalho.

Por meio do modelo de regressão *logit*, verificou-se que as chances de pobreza são maiores para as pessoas de referência do sexo feminino. No entanto, independentemente do sexo, quando há presença de crianças no domicílio e para os negros as chances de pobreza também são maiores. No entanto, avanços na idade e na escolaridade reduzem significativamente as chances de pobreza. Observou-se ainda que estar ocupado reduz as chances de pobreza em aproximadamente 90% relativamente aos não ocupados, resultado que reforça a importância da criação de oportunidades de emprego para a erradicação da pobreza, especialmente de empregos de qualidade.

Com base nas equações *logit* estimadas, foram feitas algumas simulações para os chefes com determinadas características a fim de comparar a magnitude da probabilidade de pobreza entre homens e mulheres. Em todos os cenários, a probabilidade de pobreza das mulheres é sempre maior do que a do homem.

Por fim, diante destas constatações, a redução da pobreza requer a implementação de políticas públicas que reduzam as desigualdades e discriminações entre homens e mulheres, especialmente oferta de creches e escolas de tempo integral para que as mães possam trabalhar com tranquilidade. Além disso, tais políticas devem propor ações de combate à pobreza focalizadas nos grupos mais vulneráveis, além das mulheres, os negros, os que vivem nas áreas rurais, nas regiões Norte e Nordeste e para as famílias com maior presença de crianças. É preciso ainda investir em educação para todos e melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, porém estes são grandes desafios para os gestores públicos.

REFERÊNCIAS

- ARRIAGADA, I. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista de La Cepal**, Santiago de Chile, n. 85, p. 101-113, abr. 2005.
- AS MULHERES no mercado de trabalho. In: DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001, p. 103-126.
- BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 405-423.
- COUTO, A.C.L. **Pobreza entre os ocupados agrícolas no Brasil rural**: Uma análise de suas características e principais determinantes (2004-2012). 2014. (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- FREITAS, A.M.L.; RODRIGUES, L. As relações de gênero, emprego e pobreza no Brasil. In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 3, 2012, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros, 2012, p. 1-18. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/images/trabalhos/GT4/pdfs/ana_maria_lacerda.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.
- GARRUCHO, M.E.G.; CABRERA, L. C.; CALDARELLI, C.E. Pobreza feminina no Brasil: os domicílios pobres chefiados por mulheres. **Revista Orbis Latina**, v. 11, n. 01, p. 142- 159, jan.-jun. 2021.
- GUIMARÃES, A.S.A. Raça e pobreza no Brasil – a *rationale* dos estudos de desigualdades raciais. In: SEMINÁRIO O NEGRO NO ENSINO SUPERIOR, 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2003, p. 3-15. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Raca%20e%20pobreza.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- HAUGHTON, J.; KHANDKER, S.R. **Handbook on poverty and inequality**. Washington: The World Bank, 2009.
- HAGENAARS, A; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, Wisconsin, v. 23, n.2, p. 211-221, Spring, 1988.
- HOFFMANN, R. Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: RAMOS, P. (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007, p.172-225 (Nead Estudos n. 15).

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>.

Acesso em 10 jul. 2021.

LIMA, A.L.M.C. **Modelagem de equações estruturais**: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza. 2005. 286 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MAIA, K.; DEVIDÉ JÚNIOR, A.; SOUZA, S. C. I; ARAÚJO, F. B. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012. **Revista Econômica**, v.17, n.2, p. 97-122, 2015.

MELO, H.P. **Gênero e pobreza no Brasil**. Brasília: CEPAL, 2005.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 14, 2004, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: ABEP, 2004, p. 1-12.

OFFE, C.; HINRICH, K. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 43-81.

PNADC. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Microdados 2012 e 2019. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abril de 2022.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**. Economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SALAMA, P. Pobreza: luz no fim do túnel. **Revista Nexos Econômicos**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 9-29, jun. 2010.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SEN, A.K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, V.; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R.; RAIHER, A. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe Gepec**, v. 24, n° 1, p. 53-72, jan.-jun. 2020.

UNFPA. Fundo de Populações das Nações Unidas. **O poder da escolha**: Direitos de reprodução e a transição demográfica. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/fundo-de-populacao-das-nacoes-unidas/date/2018>. Acesso em 13 mai. 2022.